caritas europa

CRISIS MONITORING REPORT 2015

POVERTY AND INEQUALITIES ON THE RISE

JUST SOCIAL MODELS NEEDED AS THE SOLUTION!

A STUDY OF THE IMPACT OF THE CRISIS AND AUSTERITY ON PEOPLE,
WITH A SPECIAL FOCUS ON
CYPRUS, GREECE, IRELAND, ITALY, PORTUGAL, ROMANIA AND SPAIN

A Caritas Report prepared by Social Justice Ireland

Ann Leahy, Seán Healy, and Michelle Murphy

Photos by Chiara Bottazzi | Danilo Feliciangeli | Massimo Fiorillo / Caritas Italy.

This publication has received financial support from the European Union Programme for Employment and Social Innovation "EaSI" (2014-2020). For further information please consult: http://ec.europa.eu/social/easi
The information contained in this publication does not necessarily reflect the official position of the European Commission.

Prefácio

A presente edição do Relatório de Acompanhamento da Crise (*Crisis Monitoring Report*) da Caritas Europa revela factos que sugerem que seis anos após o início da crise em 2008, a crise económica ainda deixa marcas nas populações e nas economias da UE. Para além de enormes níveis da dívida com muito pouco crescimento económico, o número de pessoas desempregadas é muito elevado e há milhões de pessoas a viverem na pobreza ou em risco de pobreza. As organizações membros da Caritas em Chipre e na Grécia, Irlanda, Itália, Portugal, Roménia e Espanha são exemplos concretos e dão testemunho do impacto duradouro da crise nas pessoas nesses países.

O Papa Francisco, no discurso que proferiu perante o Parlamento Europeu em novembro de 2014, disse o seguinte: "Chegou a hora de construir juntos a Europa que gira, não em torno da economia, mas da sacralidade da pessoa humana, dos valores inalienáveis; a Europa que abraça com coragem o seu passado e olha com confiança o seu futuro, para viver plenamente e com esperança o seu presente."[1] Para além de analisarmos a crise e os seus impactos, com o presente relatório também quisemos trazer esperança aos responsáveis políticos e aos decisores a nível local, regional, nacional e europeu, bem como às organizações não governamentais, à Igreja e às pessoas mais atingidas pela crise, mediante a formulação de propostas concretas para superar a crise.

No lançamento pela Caritas Europa do seu "Europe 2020 Shadow Report", em novembro de 2014, a Comissária Marianne Thyssen, responsável pelas áreas do Emprego, Assuntos Sociais, Competências e Mobilidade Laboral, referiu o seguinte: "Entretanto, o número de famílias que sofrem de severas privações materiais, de baixa intensidade de trabalho e de pobreza no trabalho aumentou exponencialmente. A atual Comissão tenciona relançar o combate contra os problemas sociais, tanto os que resultaram da crise como os que já existiam antes dela. Para isso o Presidente Juncker fez um contrato com o Parlamento Europeu. Este contrato tem por base investimentos, reformas estruturais e credibilidade orçamental."

Apesar disto, a prioridade reforçada a nível da UE vai para a inovação e o crescimento. Este modelo, no entanto, parece estar a ser cada vez mais contestado. Tornou-se óbvio que o crescimento só por si não irá eliminar desigualdades inaceitáveis. Os níveis de emprego não aumentam com suficiente rapidez e a qualidade do emprego é insuficiente para libertar da pobreza as crianças e as suas famílias. Ao mesmo tempo, os sistemas de proteção social ainda estão sob pressão e as lacunas nos sistemas de proteção deixam muitas pessoas em situação miserável, enquanto os cortes nos serviços públicos afetam de forma desproporcionada os grupos com rendimentos mais baixos e as oportunidades de vida de muitas crianças são afetadas negativamente pelos efeitos combinados de situações laborais mais precárias (dos pais), diminuições das prestações sociais e reduções de serviços essenciais.

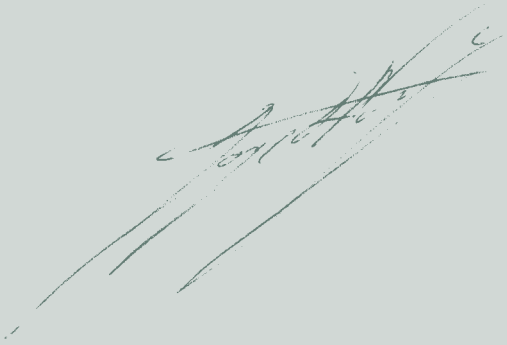
As recentes eleições na Grécia e o aparecimento de um novo partido político com uma diferente visão da situação em Espanha mostram que as pessoas estão a perder a paciência e querem finalmente ver alguns progressos. Na verdade, as pessoas que estão a arcar mais com as consequências resultantes da crise são aquelas que não participaram nas decisões que a ela conduziram; e os países mais afetados são os que tinham maiores lacunas nos seus sistemas de proteção social, por isso os respetivos sistemas de segurança social carecem de capacidade para proteger as suas populações vulneráveis.

[1] Discurso do Papa Francisco ao Parlamento Europeu, Estrasburgo, França, terça-feira, 25 de novembro de 2014.

A edição mais recente do Relatório de Acompanhamento da Crise não só apresenta a mensagem da Caritas Europa, mas também a das pessoas que suportam a crise e as suas múltiplas consequências dia após dia. Este relatório também transmite a mensagem das nossas organizações membros envolvidas diariamente, através dos serviços prestados a nível das bases, para dar resposta àqueles que sofrem com os efeitos da crise. A Caritas Europa está convencida de que todos os tipos de medidas de natureza política e legal destinadas a contrariar os impactos da crise devem ter por base a promoção e a proteção da dignidade humana, o progresso do bem comum e o apoio à solidariedade entre todos os grupos da sociedade.

O presente relatório constitui um instrumento útil para promover a recuperação na Europa e evitar novas crises. Ou usando as palavras do Papa Francisco: "Uma Europa que assiste, defende e tutela o Homem, todos os homens e mulheres."[2]

O meu especial agradecimento a Séan Healy, Diretor da Social Justice Ireland, e à nossa equipa de especialistas e membros do pessoal da Caritas, que trabalharam incansavelmente para esta publicação e sem os quais não teria sido possível realizá-la.



Jorge Nuño Mayer
Secretário-Geral

[2] Discurso do Papa Francisco ao Parlamento Europeu, Estrasburgo, França, terça-feira, 25 de novembro de 2014.

A CRISE EUROPEIA – INTRODUÇÃO

A Caritas Europa já publicou dois relatórios de acompanhamento da crise (*crisis-monitoring reports)*. O primeiro desses relatórios, publicado no início de 2013 e intitulado "O Impacto da Crise Europeia: Um Estudo do Impacto da Crise e da Austeridade nas Pessoas", visou especialmente cinco países: Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha. O segundo relatório desta série, "A Crise Europeia e os Seus Custos Humanos – Um Apelo a Alternativas e Soluções Justas", foi publicado em 2014 e alargou o seu âmbito para abranger mais dois países, Chipre e a Roménia. No presente relatório faremos referência a esses relatórios como 'Caritas Crisis Monitoring Report, 2013/2014' e aos dois relatórios anteriores desta série como 'Caritas Crisis Monitoring Reports'.

Ambos os relatórios foram fundamentados com estudos e estatísticas de toda a Europa e informados por organizações membros e associadas da Caritas nos países em questão, que trabalham com pessoas pobres e vulneráveis. Os relatórios concluíram que o mundo descrito não era justo. Outra conclusão foi que a atribuição de prioridade a medidas de austeridade com virtual exclusão de todas as outras abordagens não resolverá a crise e está a causar problemas sociais que irão ter impactos duradouros.

Este relatório é portanto o terceiro da série. Voltámos a trabalhar com organizações membros em sete países, centrando-nos em especial nas suas experiências ao longo do último ano aproximadamente. As organizações membros da Caritas Europa trabalham de forma extensiva nos sete países abrangidos por este relatório, bem como em todos os Estados-Membros da UE, dando resposta aos desafios que se colocam atualmente. O seu trabalho combinado abrange milhões de pessoas carenciadas.

A atenção destes relatórios centra-se no custo humano da crise e nas medidas adotadas pelas autoridades, incidindo especialmente nas tendências em matéria de emprego, desemprego, taxas de pobreza, privação material severa e baixa intensidade de trabalho em sete países afetados gravemente pela crise. Estas questões constituem uma preocupação crescente, não apenas para os membros e associados da Caritas, mas também para um conjunto de instituições, investigadores e ONG.

No relatório do ano passado incluímos, como Anexo, uma secção adicional escrita pelo Dr Seán Healy, Diretor da Social Justice Ireland, que era um debate sobre opções futuras nas principais áreas políticas. No presente relatório examinamos questões semelhantes na Secção III, que procura gerar um debate acerca de propostas de reformas inovadoras e sistémicas que poderão ser empreendidas futuramente pela UE e pelos seus Estados-Membros.

Esperamos que estes relatórios possam contribuir para uma maior consciência do impacto da crise nos grupos mais vulneráveis e das medidas de austeridade adotadas para a combater, bem como das orientações políticas alternativas que poderão ser adotadas pelas autoridades para reduzir os efeitos mais graves dessas orientações. O relatório tem subjacente a convicção de que as autoridades têm sempre opções quando decidem que orientações políticas adotar e como direcionar as medidas – por outras palavras, quem deve pagar mais. Ainda que nos procedimentos de supervisão dos organismos europeus e do FMI envolvidos no aconselhamento e na aplicação de medidas destinadas a combater a crise seja usada frequentemente a expressão 'mas protegendo as pessoas vulneráveis', na prática as organizações membros da Caritas em toda a Europa testemunham pobreza, desemprego, exclusão e aumento da miséria e do desespero num número cada vez maior de pessoas que estão dependentes dos seus serviços. Estas organizações fornecem uma perspetiva exclusiva que tem muito a oferecer aos responsáveis políticos a nível local, regional, nacional e da UE.

Também temos esperança de que as conclusões e recomendações aqui apresentadas, que resultam desta análise sobre orientações alternativas e opções diferentes que poderão ser adotadas pelos governos, sejam ponderadas pelos governos visados e postas em prática a fim de reduzir os enormes níveis de sofrimento que foram impostos a inúmeras pessoas desde 2008.

Nesta secção veremos de forma breve as causas gerais da crise e a resposta oficial das principais instituições envolvidas. Olhamos depois para algumas das principais medidas de política que foram seguidas nos sete países e para alguns indicadores económicos e sociais fundamentais para a UE em geral e para os sete países visados neste relatório em especial.

Portugal

Portugal registou um crescimento reduzido durante muitos anos antes da crise de 2008, altura em que uma queda do rendimento levou a um aumento da dívida pública. Desde 2009 foi adotado um conjunto muito vasto de medidas que estão resumidas nos "Caritas Crisis Monitoring Reports, 2013 e 2014", que também definiram as caraterísticas principais da situação social e económica em Portugal, antes e depois de 2008.

O Memorando de Entendimento inicial data de maio de 2011 (Portugal, 2011), tendo havido desde então várias atualizações do documento original. Faz-se aí referência à proteção dos grupos vulneráveis, mas prevê-se um conjunto de medidas de consolidação. Entre as medidas incluídas temos:

- Redução do défice público para 3% do PIB até 2013; [Note-se que esta medida foi posteriormente ampliada, sendo a meta

atual de 2,5% do PIB até 2015 (Comissão Europeia,2014L)]

- Mudanças na administração pública
- Reduções na despesa da educação e racionalização da rede escolar
- Diminuição da despesa com salários no setor público
- Controlo da despesa na saúde e aumento das taxas moderadoras
- Reduções das pensões
- Redução da despesa dos organismos públicos
- Redução de custos no setor empresarial do Estado
- Alterações do sistema de seguro de desemprego, nomeadamente redução da duração máxima do subsídio de desemprego, limitação das prestações, mas igualmente redução do período contributivo mínimo
- Mudanças na legislação do mercado de trabalho
- Alterações fiscais, nomeadamente aumento do imposto sobre o rendimento das pessoas, do imposto sobre bens imóveis, do IVA e dos impostos especiais de consumo
- Aumento de medidas para combater a evasão fiscal
- Medidas para aumentar a regulação e supervisão bancárias e também aumento do apoio aos bancos (incluindo a emissão de obrigações com garantia do Estado até 35 mil milhões de euros para o setor bancário)
- Aceleração do plano governamental de privatização de empresas do setor público (Portugal, 2011)

Os "Caritas Crisis Monitoring Reports 2013 e 2014" indicaram um conjunto muito vasto de medidas introduzidas desde 2009 que ilustram os tipos de políticas prosseguidas. Entre as medidas adotadas incluem-se reduções das transferências sociais, como a assistência no desemprego e prestações familiares e o agravamento dos critérios de elegibilidade para as prestações sociais. Também se verificaram aumentos das taxas do imposto sobre o rendimento das pessoas e do imposto sobre os bens imóveis e aumentos dos impostos indiretos, como os impostos especiais de consumo (sobre a gasolina, o tabaco e o álcool), bem como a introdução de uma 'contribuição extraordinária de solidariedade' sobre as pensões. Foram tomadas medidas para eliminar os controlos das rendas (com o objetivo de estimular a indústria da construção).

A despesa com o serviço nacional de saúde em 2013 foi cerca de 15% inferior à de 2010 (cerca de 1,3 mil milhões de euros) (Comissão Europeia, 2014L). No final de 2013 o emprego no setor público era inferior em cerca de 8% ao nível de 2011 (Comissão Europeia, 2014L).

A 11.ª Revisão da Comissão Europeia (abril de 2014) relativa ao cumprimento das condições do programa assinala uma série de desenvolvimentos mais recentes, nomeadamente uma nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o chamado 'diploma da convergência', que procura alinhar as regras das pensões no setor público com as do Regime Geral Contributivo da Segurança Social, e medidas que visam o emprego público, como o regime de rescisões por 'mútuo acordo' (Comissão Europeia, 2014L). Houve igualmente alterações relativas ao funcionamento do mercado de trabalho, incluindo um projeto de lei que revê a definição de despedimento individual por justa causa, alterações da orientação profissional/assistência na procura de emprego e dos sistemas de ativação/sanções e existem propostas relacionadas com alterações sobre flexibilidade salarial, nomeadamente sobre caducidade e subsistência dos acordos coletivos.

O governo tenciona implementar medidas que atingem 2,3% do PIB em 2014 (Comissão Europeia, 2014L). Para proceder a este ajustamento, o quadro para a análise da despesa pública (ADP) prevê um conjunto de medidas centradas principalmente na prestação de serviços públicos e calcula-se que sejam abrangidas medidas de consolidação no valor de 3 mil milhões de euros (1,8% do PIB) em 2014 (Comissão Europeia, 2014L). As medidas da ADP centram-se em três áreas principais:

1. redução dos encargos salariais no setor público, através nomeadamente da redução do emprego nalguns setores e de uma revisão da tabela salarial;
2. alterações das pensões, nomeadamente através do aumento da idade de reforma para 66 anos e da introdução de alterações das condições para a concessão das pensões de sobrevivência; e
3. reformas setoriais específicas, principalmente nalguns ministérios.

No setor da educação existem planos para a racionalização da rede escolar e para uma redução do rácio professores/alunos (dimensão das turmas). Também estão previstas alterações na saúde, nomeadamente nos hospitais (Comissão Europeia, 2014L). Estão igualmente previstas algumas medidas para aumentar a receita, incluindo taxas mais elevadas dos impostos sobre o tabaco e o álcool e uma contribuição especial a suportar pelos operadores energéticos, bem como um aumento da taxa do imposto sobre as sociedades incidindo nas despesas com carros das empresas (Comissão Europeia, 2014L). Para 2015 estão previstas outras poupanças numa série de áreas, nomeadamente a continuação da reorganização do setor empresarial do Estado, incluindo a privatização de algumas operações de serviços públicos. Por outro lado, as reduções do emprego no setor público terão impacto, bem como o aumento das contribuições para o sistema de saúde do setor público e a cessação dos contratos de professores por 'mútuo acordo', a maioria das quais estava planeada para produzir efeitos em setembro de 2014 (Comissão Europeia, 2014L).

É de referir que os tribunais em Portugal anularam pontualmente medidas de austeridade. Recentemente, por exemplo, em dezembro de 2013, o Tribunal Constitucional anulou medidas relacionadas com pensões (medidas posteriormente reformuladas) e em maio de 2014 foram anuladas várias medidas previstas no orçamento do Estado para 2014, incluindo cortes salariais no setor público, que criaram um défice orçamental de cerca de 700 milhões de euros (Comissão Europeia, 2014L).

A Caritas Portuguesa continua a preocupar-se com as reduções drásticas nos últimos anos nos orçamentos da saúde, educação e proteção social, juntamente com a externalização de serviços pelo Estado, referindo pela sua experiência que tudo isto teve um efeito muito negativo nas pessoas mais vulneráveis nos últimos anos (Caritas Portugal, 2014). A Caritas Portuguesa assinala uma medida útil tomada pelo governo nos últimos tempos – abertura de uma linha de crédito específica para as instituições sociais a fim de permitir a sua reestruturação e a continuação da oferta de serviços sociais à população. Esta medida permitiu que muitas instituições sociais sobrevivessem e se readaptassem (Caritas Portugal, 2014).

Caritas Portuguesa

A Caritas Portuguesa é uma instituição oficial da Conferência Episcopal Portuguesa. Tem como missão ser um exemplo da ação social pastoral da Igreja. A rede da Caritas em Portugal é composta por 20 Caritas Diocesanas e por grupos locais, que cobrem todo o país. A Caritas Portuguesa promove projetos de cooperação internacional em países meridionais, principalmente em países de língua portuguesa, juntamente com a Caritas nacional. Também trabalha em colaboração com a Caritas Europa e com outras organizações da Caritas, principalmente em ações de promoção ou em projetos práticos.

As suas principais atividades são:

Pastoral

- Dia da Caritas: é no terceiro domingo da Quaresma e nesse dia cada Caritas local organiza o seu programa de atividades em torno de um tema comum. A semana anterior é dedicada a promover a ação da Caritas e a angariar fundos.
- Projeto '+ Próximo': proporciona e promove a formação de pessoas que trabalham na área da Pastoral Social da Igreja.
- 10 Milhões de Estrelas – Um Gesto pela Paz: atividade de sensibilização relacionada com a paz e a justiça. O seu objetivo é que o Natal se centre nos seus valores cristãos e projetar uma imagem de corresponsabilidade na promoção da paz.

Defesa e investigação

- NOS – Núcleo de Observação Social: fornece uma análise do contexto social nacional, com opiniões de especialistas e dados recolhidos nas paróquias na perspetiva da DSI. Também participa em ações de defesa destinadas a responsáveis políticos e à sociedade em geral sobre questões sociais.

Projetos

- Fundo Social Solidário: o fundo de solidariedade é uma iniciativa da Conferência Episcopal Portuguesa; o seu objetivo é contribuir para a resolução de graves problemas sociais provocados pela crise. É gerido pela Caritas em conjunto com instituições da Igreja. No ano passado apoiou 3 957 pessoas confrontadas com dificuldades, como os custos da habitação, saúde e educação ou o emprego.
- 'Prioridade às Crianças': a Conferência Episcopal Portuguesa publicou uma carta pastoral com o título "Toda a prioridade à criança" e desafiou a Caritas em Portugal a aprofundar o seu trabalho relativo à pobreza infantil. Para além de proporcionar formação periódica aos agentes pastorais em matéria de pobreza infantil, no último ano o projeto evoluiu para o apoio às famílias e abrangeu 115 crianças.
- Emergências: em Portugal, a Caritas responde às situações de emergência em parceria com a respetiva Caritas Diocesana e com as autoridades nacionais e locais (como os incêndios florestais de 2003 e 2005, as inundações na Madeira e outras situações). As emergências internacionais são coordenadas com a Caritas Internationalis e com os serviços nacionais da Caritas, bem como com outras partes interessadas.

Portugal: responder à crise

Entre 2011 e 2014 verificou-se um enorme aumento do número de famílias e de pessoas apoiadas. São muitas as razões pelas quais as pessoas procuram ajuda; a principal razão apontada é a falta de rendimento, seguindo-se problemas relacionados com o trabalho, como o desemprego ou emprego insuficiente.

A Caritas Portuguesa tem-se empenhado ativamente tanto em ações de defesa como no desenvolvimento de projetos de resposta à crise para a rede da Caritas em Portugal:

Defesa: o Núcleo de Observação Social apresentou às autoridades nacionais várias propostas sobre um conjunto de questões. Entre essas propostas inclui-se a publicação periódica de dados oficiais sobre questões relacionadas com a pobreza e apresentações regulares em fóruns especializados e no Parlamento nacional. As questões abrangidas incluem melhor comunicação entre os grupos informais de voluntários e os serviços sociais oficiais (para melhor cobertura e resposta), reformas da fiscalidade que incluam reduções das taxas para famílias numerosas e maior tributação das pessoas com elevados rendimentos ou em situação de riqueza.

A Caritas Portuguesa lançou o "Crisis Monitoring Report, 2013" da Caritas Europa em Portugal e, juntamente com o Secretário-Geral da Caritas Europa, teve oportunidade de se encontrar com dois membros do governo (Ministro da Economia e Ministro da Solidariedade e da Segurança Social), bem como com representantes da Troika em Portugal e com outros políticos e responsáveis políticos. O impacto nos meios de comunicação social foi bastante grande.

Projetos: Além do 'Fundo de Solidariedade' e da 'Prioridade às Crianças' já mencionados acima, a Caritas Portuguesa lançou um estudo que analisou vários projetos financiados pelos fundos europeus nos últimos 20 anos com objetivos de inclusão social, procurando saber porque é que os resultados continuam a ser dececionantes. Também recolheu exemplos de boas práticas nos projetos que conseguiram tornar-se sustentáveis e que ainda hoje funcionam. O lançamento público do estudo ocorreu num seminário em que esteve presente o Diretor-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão da Comissão Europeia.

O impacto da crise na fronteira entre Portugal e Espanha foi ainda maior com o encerramento de empresas que eram o único empregador da região e que deixaram famílias inteiras sem qualquer outro modo de auferir um rendimento. A Caritas Espanhola e a Caritas Portuguesa iniciaram um projeto que visa estudar os recursos locais e as oportunidades de emprego nos dois lados da fronteira, para disponibilizar esta informação em linha, promover oportunidades de formação para os agentes da pastoral social e aumentar a sensibilização para melhores políticas de coesão para estas zonas.

Para resolver a questão do sobre-endividamento, a rede da Caritas, em parceria com a DECO, Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, organizou 77 ações de formação sobre este assunto, que abrangeram aproximadamente 800 participantes.

No final de 2013, a Caritas Portuguesa lançou um novo projeto designado "In Spira – Rede de Competências" (www.redeinspira.com), com o objetivo de estreitar a distância entre as pessoas desempregadas com mais de 45 anos e as empresas que querem oferecer um emprego às pessoas com competências e experiência. Nos primeiros meses do projeto registaram-se mais de 2 000 pessoas, mas apenas 27 empresas ofereceram um emprego.

O projeto "Cria(c)tividade" pretende implementar e apoiar iniciativas inovadoras que promovam atividades relacionadas com o emprego e o trabalho, permitindo a emancipação financeira de pessoas desempregadas e combatendo assim a pobreza e as desigualdades sociais. Até julho de 2014 o projeto tinha recebido 100 candidaturas individuais, realizado 80 entrevistas e tinha já concebido 16 planos de empresas.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Conclusões – Sete países

Nesta secção reunimos algumas das principais conclusões relativas aos sete países examinados, dando especial atenção aos impactos sociais da crise e, em particular, ao emprego/desemprego, pobreza/apoio ao rendimento e acesso a serviços de qualidade.

Na fase inicial da crise (até 2009), as despesas sociais contribuíram para estabilizar os rendimentos das famílias, uma vez que o Plano de Relançamento da Economia Europeia levou à melhoria dos regimes de subsídio de desemprego e estes desempenharam um papel essencial na estabilização dos rendimentos, embora outros elementos das despesas sociais (nomeadamente as pensões e a saúde) também tenham tido um papel na manutenção da procura agregada na economia. Mas a partir de 2011 a despesa social diminuiu, o estímulo fiscal foi eliminado e os problemas de emprego e sociais continuaram a aumentar durante a segunda deterioração da recessão (Comissão Europeia, 2014o). Assim, por exemplo, nalguns países aumentou o número de desempregados de longa duração que perderam os seus direitos, o nível ou a duração dos subsídios diminuiu, as regras de elegibilidade passaram a ser mais severas para aumentar os incentivos à aceitação de um emprego e isto também levou à exclusão de beneficiários de alguns regimes (Comissão Europeia, 2014d).

Os sistemas de segurança social nalguns dos países considerados no presente relatório não eram sólidos quando a crise aconteceu. Por exemplo, uma parte importante das pessoas desempregadas em vários dos países visados no presente relatório não estão abrangidas por redes de segurança normais, como os subsídios de desemprego ou a assistência social (Comité da Proteção Social, 2014) (nomeadamente Itália e Grécia; e faltam igualmente dados sobre a cobertura dos regimes em muitos países, incluindo Portugal). Nalguns casos os serviços públicos estão pouco desenvolvidos (por exemplo, serviços às famílias em Itália, a falta de um sistema de saúde universal em Chipre, a falta do seguro de saúde para desempregados de longa duração na Grécia e quanto à Roménia os problemas são muitos). Embora no ano passado tenham surgido algumas propostas positivas para resolver algumas destas lacunas (nalguns casos com a ajuda dos Fundos Estruturais da UE), os progressos são lentos, como no que se refere à introdução do rendimento mínimo garantido na Grécia ou à implementação do Novo Cartão Social em Itália ou do Sistema Nacional de Saúde em Chipre. Por outro lado, estão previstos mais cortes na despesa pública e verificaram-se recentemente ou estão a ser planeados aumentos do IVA em vários países (incluindo Itália, Roménia e Espanha), o que normalmente afeta de forma desproporcionada as famílias com baixos rendimentos.

Tal como já concluímos em anteriores "Crisis Monitoring Reports" da Caritas, a política de exigir aos países com sistemas de proteção social mais fracos que imponham consolidação orçamental e vagas sucessivas de medidas de austeridade com calendários muito curtos está a colocar o ónus dos ajustamentos nos ombros das pessoas que não criaram a crise na Europa e que têm menos capacidade para suportar esse fardo. Um recente relatório transnacional confirma de novo que as políticas de austeridade levadas a cabo durante a crise na Europa e as reformas estruturais destinadas à estabilização económica e orçamental tiveram efeitos negativos no que diz respeito à justiça social na maior parte dos países (Schraad-Tischler e Kroll, 2014).

Embora os cortes na segurança social, as reduções de serviços públicos e as alterações nas políticas do mercado de trabalho aumentem a vulnerabilidade das pessoas que estão mais em risco, os relatórios da Comissão Europeia sobre as reformas estruturais nos sete países (resumidos na Parte I) registam que outras reformas, como o combate à evasão fiscal e aos interesses instalados no seio de certas profissões e noutros setores estão atrasadas ou foram adiadas.

Emprego/Desemprego

Embora se tenham verificado sinais de crescimento na Europa, ainda não se verificou um aumento significativo de empregos e o problema dos desempregados de longa duração constitui um enorme desafio, tanto em termos humanos como sociais e de crescimento inclusivo. Existe o risco de ficarem para trás em qualquer situação de recuperação e nalguns locais foram agora postos a funcionar regimes de obras públicas (por exemplo na Grécia) para tentar resolver o problema. Infelizmente, é pouco provável que uma redução gradual do desemprego seja suficiente para inverter a tendência crescente dos níveis de pobreza, especialmente da maneira como o mercado de trabalho se está a desenvolver (Comité da Proteção Social, 2014).

Entretanto, o desemprego mantém-se historicamente elevado – afetando mais de 25 milhões de pessoas na UE-28 em abril de 2014 e representando um aumento total de quase 8,4 mi-

lhões entre 2008 e dezembro de 2013 (Comunicado de imprensa do Eurostat, 2014b). As pessoas com níveis de educação mais baixos continuam a ser gravemente afetadas pelo desemprego, que aumenta quanto menor é o nível de educação alcançado.

Outra questão prende-se com a qualidade dos empregos disponíveis. Por exemplo, desde o começo da crise muitos empregos das pessoas são menos seguros, com o emprego temporário a aumentar ao mesmo tempo que diminui o emprego permanente. Além disso, o emprego temporário tende a ser cada vez menos um trampolim para um posto de trabalho permanente (Comissão Europeia, 2014a).

Os jovens (15-24) são muito afetados pelo desemprego e a respetiva taxa de desemprego de 22,5% (abril, 2014) está perto de níveis historicamente elevados (Comissão Europeia, 2014m). Não obstante alguns progressos, em abril de 2014 ainda estavam desempregados 5 259 milhões de jovens (menos de 25 anos) na UE-28 (Comunicado de imprensa do Eurostat, 2014b). Entre os trabalhadores jovens prevalecem frequentemente condições de trabalho atípicas e muitas vezes precárias (Comissão Europeia, 2014o). A taxa crescente de NEET (jovens que não estão nem a trabalhar nem a estudar ou a frequentar qualquer tipo de formação), que revela distanciamento tanto do mundo do trabalho como da educação, constitui uma tendência particularmente inquietante.

O desemprego de longa duração constitui uma grande preocupação por causa dos seus efeitos em termos humanos e sociais, bem como dos seus custos financeiros e de potenciais impactos na coesão social. As taxas aumentaram em toda a Europa entre 2012 e 2013, tanto no que se refere aos desempregados há mais de um ano como há mais de dois anos (Eurostat, 2014c).

Algumas conclusões relativas aos sete países em análise no presente relatório são resumidas a seguir:

- **Emprego em 2013:** Chipre registou uma queda fortemente acentuada do emprego entre 2012 e 2013 (3,1%) e a queda na Grécia também é importante (2,1%); a Irlanda revelou uma melhoria entre 2012 e 2013 (+1,8%) e verificou-se uma melhoria marginal na Roménia (Base de dados em linha do Eurostat, código: t2020_10). Em Chipre a perda de emprego teria sido maior se não tivesse sido a imigração (Comissão Europeia, 2014g).

- **Desemprego em 2013:** as taxas mais elevadas de desemprego na UE-28 registaram-se na Grécia (27,3%) e em Espanha (26,1%); a taxa em Portugal (16,4%) foi a quarta, Chipre (15,9%) a quinta, Irlanda (13,1%) a sétima e Itália (12,2%) a nona (Base de dados em linha do Eurostat, código: une_rt-a). Só a Roménia registou uma taxa de desemprego inferior à média da UE-28 (7,3%), mas este país também apresenta uma taxa de emprego relativamente baixa.

- **Desemprego jovem em 2013 (menos de 25 anos):** as taxas mais elevadas na UE-28 foram registadas na Grécia (58,3%) e Espanha (55,5%); a taxa em Itália (40%) foi a quarta, Chipre (38,9%) a quinta e Portugal (38,1%) a sexta. A taxa da Irlanda (26,8%) foi a décima primeira e a da Roménia (23,6%) a décima quinta. O maior aumento desde 2012 foi de longe o que se registou em Chipre (+11,1 pp). Também se verificaram aumentos significativos em Itália, na Grécia e em Espanha. Na Irlanda verificou-se uma melhoria da posição em 2012 (Base de dados em linha do Eurostat, código: tsdec460).

- **Jovens que não estão nem a trabalhar nem a estudar ou a frequentar qualquer tipo de formação (NEET) em 2013:** a taxa mais elevada da UE-28 verificou-se na Itália (22,2%); a taxa na Grécia (20,6%) foi a terceira, Chipre (18,7%) a quarta, Espanha (18,6%) a sexta, Roménia (17,2%) a sétima, Irlanda (16,1%) a oitava e Portugal (14,2%) a décima. Entre 2012 e 2013 a taxa em Chipre aumentou substancialmente (2,7 pp) e verificaram-se igualmente aumentos claros em Itália e na Roménia (Base de dados em linha do Eurostat, edat_lfse_20).

- **Desemprego de longa duração em 2013:** a taxa aumentou na Grécia, Espanha, Itália e Chipre entre o último trimestre de 2012 e o último trimestre de 2013. Na Irlanda e em Portugal, depois de aumentar no primeiro trimestre de 2013, começou a diminuir e na Roménia a taxa é relativamente estável (Base de dados em linha do Eurostat, código: une_lte_q).

- **Proporção do desemprego de longa duração (em percentagem do desemprego total) em 2013:** a seguir à Eslováquia (72%), a Grécia (70,9%) registou a maior proporção do desemprego de longa duração entre os desempregados, seguida pela Croácia (62,7%) e pela Irlanda (62%). A proporção em Itália (58,6%) foi a sexta mais elevada e em Portugal (57,8%) a sétima. A Espanha (52,2%) situou-se em 10.º lugar. Com um valor de 47,9%, a proporção na Roménia está imediatamente abaixo da média da UE-28, que é de 49,4% (Base de dados em linha do Eurostat: lfsq_upgal).

Pobreza/rendimentos adequados

É um facto reconhecido que durante a crise atual a redução da despesa social foi maior do que nas recessões anteriores, devido em grande medida às políticas de austeridade adotadas na prossecução da consolidação orçamental e de reformas estruturais. Em 2013 o impacto estabilizador dos benefícios sociais foi muito inferior aos efeitos observados no início da crise (2007-2009), quando os benefícios sociais foram o principal fator de estabilização dos rendimentos das famílias na Europa (Comissão Europeia, 2014b). (Por 'estabilizador' entende-se a aptidão dos benefícios sociais para compensarem em parte a diminuição dos rendimentos do trabalho das famílias).

Infelizmente, as políticas que descrevemos na Parte I do presente relatório (caraterizadas por cortes substanciais na segurança social e nos serviços públicos, retomados ao longo de muitos anos e em grande parte sem avaliação dos seus impactos a longo prazo) estão em muitos casos a transformar problemas temporários em desvantagens de longo prazo para um grande número de pessoas – embora os impactos não tenham sido suportados por igual. A prolongada crise económica levou à intensificação das dificuldades financeiras das famílias no início de 2014 (até março), com as famílias do quartil mais baixo de rendimentos a sentirem as maiores dificuldades para fazer face à sua despesa corrente (Comissão Europeia, 2014a). Um número significativo de pessoas desempregadas não estão abrangidas pelas redes de segurança normais, como as prestações de desemprego ou a assistência social (Comité de Proteção Social, 2014). A percentagem de pessoas que não recebem apoio ao rendimento é especialmente elevada na Grécia, Chipre, Itália e Portugal, onde mais de 40% das pessoas que vivem em famílias sem (ou quase sem) trabalho e pobres recebem apenas até 10% do seu rendimento de transferências sociais, e em Espanha e na Roménia, onde a percentagem se situa entre 30% e 40% (Comité de Proteção Social, 2014). A falta de cobertura destas pessoas sugere falta de eficácia do sistema de benefícios para chegar aos mais vulneráveis.

As crianças e as famílias foram afetadas de forma desproporcionada pela crise e pelas medidas de austeridade e demasiadas vezes o impacto dessas medidas não foi tido em conta, com serviços frequentemente cortados quando são precisamente necessários, algo que é sobretudo evidente nos países sujeitos a programa (Frazer e Marlier, 2014). Um relatório da UNICEF conclui que os progressos conseguidos para as crianças na educação, na saúde e na proteção social ao longo dos últimos 50 anos estão agora em causa (UNICEF, 2014). Este relatório da UNICEF conclui que as crianças mais pobres e mais vulneráveis – como as que vivem em agregados familiares sem emprego, migrantes ou monoparentais e em famílias numerosas – sofreram desproporcionadamente e estão sobrerrepresentadas nas séries mais graves das estatísticas da pobreza.

A taxa de risco de pobreza ou de exclusão social (o indicador combinado de pobreza utilizado na Estratégia Europa 2020) aumentou de 2008 para 2013 na maior parte dos Estados-Membros da UE-28 e atinge 122,5 milhões de pessoas ou 24,5% da população da UE-28 (ou seja, quase 1 em cada 4 pessoas) (Comunicado de imprensa do Eurostat 014e). A taxa média de risco de pobreza (que é uma medida de rendimento relativo) na UE-28 era de 16,7% em 2013 (uma ligeira diminuição em relação à taxa de 2012), correspondendo a 83,46 milhões de pessoas – o que significa que o seu rendimento disponível era inferior ao limiar nacional de risco de pobreza após transferências sociais (Eurostat, código: t2020_52). A taxa de risco de pobreza nas crianças (menos de 18 anos) aumentou em 14 Estados-Membros entre 2012 e 2013 (nos países que forneceram estatísticas até à data) (Base de dados em linha do Eurostat, código: tessi120).

Algumas conclusões relativas aos sete países em análise no presente relatório são resumidas a seguir:

- **Risco de pobreza ou de exclusão social:** entre 2012 e 2013, os países que apresentaram maiores taxas de aumento das suas taxas de risco de pobreza ou de exclusão social foram Portugal (2,1 pp) e Grécia (1,1 pp) (Eurostat, código: t2020_50). Também se verificou um ligeiro aumento da taxa em Chipre, enquanto em Espanha e na Itália houve uma ligeira diminuição. Na Roménia registou-se uma diminuição significativa. Quanto à Irlanda, a última taxa disponível é de 2012, tendo aumentado em relação ao ano anterior.

- **A taxa de risco de pobreza** (que é uma medida de rendimento relativo) foi mais elevada do que a média da UE em 2013 em cinco dos países abrangidos pelo presente relatório, sendo Chipre e a Irlanda as exceções (utilizando a taxa de 2012 para a Irlanda), onde as taxas foram um pouco inferiores à média em ambos os casos. Contudo, em Chipre a taxa subiu entre 2012 e 2013, o mesmo acontecendo em Portugal. Com uma taxa de 23,1%, a Grécia registou a taxa global mais elevada da UE, seguida pela Roménia (22,4%). Espanha teve a quinta taxa mais elevada (20,4%), Itália a oitava (19,1%) e Portugal a nona mais elevada (18,7%).

- **A taxa de privação material severa** (que é o indicador de falta de recursos) foi mais elevada do que a média da UE-28 em seis dos sete países em análise no presente relatório em 2013 (assumindo a taxa irlandesa de 2012), sendo Espanha a única exceção. A Roménia registou uma das taxas mais elevadas na UE de privação material severa (ultrapassada apenas pela Bulgária), embora a taxa fosse mais baixa em 2013 do que em 2012. A taxa também foi relativamente muito alta na Grécia – e esta taxa quase duplicou desde 2008 (Comunicado de imprensa do Eurostat, 2014e).

- **Intensidade de trabalho muito baixa:** no que diz respeito às pessoas que vivem em agregados familiares com uma intensidade de trabalho muito baixa (por vezes designados agregados familiares sem emprego), a Irlanda apresentou a pior taxa (23,4% em 2012, último ano disponível e em que

se verificou uma melhoria em relação ao ano anterior), seguida pela Grécia (18,2%, 2013), onde ocorreu uma degradação significativa da situação entre 2012 e 2013, e depois pela Espanha (15,7%, 2013), onde também se verificou uma degradação entre 2012 e 2013. A taxa de Portugal (12,2% em 2013) também piorou entre 2012 e 2013, o mesmo acontecendo em Itália (11% em 2013) e Chipre (7,9% em 2013).

- **Pobreza infantil:** em 2013 a Roménia registou a taxa mais elevada (32,1%) e a Grécia a segunda mais elevada (28,8%). A taxa espanhola foi a quarta mais elevada (27,5%). Itália (24,8%) e Portugal (24,4%) registaram a sexta e a sétima taxas mais elevadas, respetivamente. A taxa de aumento foi acentuada em Portugal (2,6 pp), Chipre (1,6 pp) e Grécia (1,9 pp) entre 2012 e 2013, mas as taxas aumentaram em Espanha, Itália e Roménia (base de dados em linha do Eurostat, código: tessi120). O último ano para o qual esta estatística está disponível na Irlanda é 2012, em que foi 18% e tinha piorado em relação ao ano anterior. De acordo com a UNICEF (2014), de 41 países da UE e da OCDE, os que registaram maior aumento das taxas de pobreza infantil de 2008 até 2012 (com base em 2008) incluem a Grécia (40.º lugar), Irlanda (37.º), Espanha (35.º) e Itália (33.º). Também se verificaram aumentos em Chipre (28.º) e Portugal (22.º).

- **Trabalhadores pobres:** com uma taxa de 18% em 2013, a Roménia registou a taxa mais elevada de pobreza no trabalho na UE-28 (Eurostat, código: tesov110). Em termos comparativos, a taxa também é muito elevada na Grécia (13,1%). Em Espanha e Portugal a taxa é de 10,5% e em Itália 10,6%. A taxa em Chipre e Portugal aumentou entre 2012 e 2013.

- **Pessoas idosas:** com exceção de Espanha e da Irlanda, as taxas de pobreza dos idosos em todos os países em análise neste relatório são mais elevadas do que a taxa média da UE-28 e Chipre é um dos países onde a taxa é acentuadamente elevada (a quinta mais elevada na UE-28 em 2013) (Eurostat, código: tsdde320). Na Irlanda, o ano de 2012 é o último relativamente ao qual esta taxa está disponível e verificou-se um agravamento em relação ao ano anterior. Vários membros/organizações associadas da Caritas assinalam que certos grupos de pessoas idosas (como as que sofrem de doenças crónicas) ficaram especialmente vulneráveis devido aos cortes nas prestações de saúde e da segurança social.

Acesso a serviços de qualidade

Embora num relatório deste tipo seja difícil avaliar os impactos dos cortes da despesa nos serviços públicos, sabe-se que os cortes em serviços públicos importantes afetam de forma desproporcionada as pessoas mais pobres, sem condições para os compensar (Frazer e Marlier, 2012). E desde o início da crise foram efetuados cortes substanciais na saúde, educação, serviços de apoio à família e ao alojamento e outros serviços. Isto é algo que as organizações membros da Caritas observam nos sete países abrangidos por este relatório. A melhoria do acesso aos serviços públicos deve fazer parte da solução para a crise na Europa, se o crescimento inclusivo que está no centro da Estratégia Europa 2020 for para concretizar ou se quisermos de facto uma sociedade justa em que as desvantagens não vão sendo transferidas para os filhos através das gerações. Como referiu o Comité de Proteção Social, o futuro social e económico da Europa depende fortemente da sua capacidade para acabar com a transmissão das desvantagens de geração para geração (2014).

É provável que os impactos dos cortes nos serviços de saúde, bem-estar, educação e coesão e, de facto, no crescimento económico só venham a tornar-se evidentes a médio ou longo prazo. Mas algumas conclusões relativas aos sete países em análise neste relatório são resumidas a seguir:

- **Serviços de saúde – necessidades não satisfeitas:** uma grande percentagem de pessoas na Grécia (31%), Chipre (28%), Itália (23%), Irlanda e Roménia (ambas 16%) afirmaram que o custo era um fator que tornava 'muito difícil' consultar um médico (ano de referência, 2011) (Eurofound, 2013, Quadro A1). Os tempos de espera também constituíram uma dificuldade para um grande número de pessoas, especialmente na Grécia, Itália, Chipre, Portugal e Roménia. É mais provável as pessoas com baixos rendimentos indicarem necessidades de cuidados não satisfeitos do que as pessoas com elevados rendimentos, estando a Grécia e a Itália entre os países onde a diferença era especialmente grande (OCDE, 2014).

- **Impactos em matéria de saúde nas pessoas mais pobres:** embora a saúde de alguns grupos não tenha sido afetada pela crise, aumentou a percentagem de pessoas no quartil de rendimentos mais baixos (inferior a 25%) que relatam um aumento das más condições de saúde (Karanikolos et al, 2013; Eurofound, 2013).

- **Apoios à família:** na Grécia, Espanha, Itália e Roménia, países que já registam taxas elevadas ou muito elevadas de pobreza infantil e de exclusão social, os cortes nos benefícios desde a crise agravaram a situação das crianças (Frazer e Marlier, 2014). Na Irlanda, estes cortes atingiram

especialmente famílias com filhos e em especial os que têm grandes famílias (sem compensar suficientemente com outros serviços). Em Portugal, a despesa no apoio às famílias com filhos foi reduzida em 30% desde que surgiram os principais cortes e um terço dos beneficiários perdeu o acesso às prestações por filhos a cargo, afetando fortemente o potencial futuro das crianças (Frazer e Marlier, 2014). Nalguns países os cortes nos benefícios sociais são agravados por cortes em serviços, como os serviços de educação e sociais, que afetam de forma desproporcionada as famílias mais pobres com filhos.

- **Educação:** desde 2008 muitos países reduziram a despesa pública na educação, sendo a pressão exercida principalmente no ensino primário e secundário, porque o financiamento público é muito importante nestes níveis (OCDE, 2013). O efeito é que isto se sente mais nas crianças de famílias que não avançam para o ensino superior.

- **Habitação:** desde o início da crise aumentou a procura de alojamento social e a percentagem de crianças que vivem em agregados familiares sobrecarregados devido aos custos da habitação, registando-se uma tendência crescente para a privação de alojamento (Comité de Proteção Social, 2014).

Conclusões

Passados seis anos desde o começo da crise em 2008, verifica-se um crescimento muito reduzido e enormes níveis da dívida; o número de pessoas desempregadas é enorme e há milhões de pessoas que vivem na pobreza. Ao mesmo tempo, os sistemas de proteção social estão sob pressão, as lacunas nos sistemas de proteção deixam muitas pessoas em situação miserável, enquanto os cortes nos serviços públicos afetam de forma desproporcionada os grupos de rendimentos mais baixos e as oportunidades de vida de muitas crianças são afetadas negativamente pelos efeitos combinados de situações de trabalho mais precárias (dos seus pais), cortes nos benefícios e reduções em serviços essenciais. Os direitos das crianças estão cada vez mais em risco devido à falta de acesso a rendimento, proteção, serviços e apoio adequados (Frazer e Marlier, 2012). Não é esta a orientação de crescimento inclusivo aprovada na Estratégia Europa 2020. As pessoas que pagam atualmente o preço mais elevado são as que não participaram nas decisões que conduziram à crise e os países mais afetados são os que têm maiores carências nos seus sistemas de proteção social, por isso os seus sistemas de segurança social estão menos aptos para proteger as suas populações vulneráveis.

Incluímos na Parte III uma discussão sobre alguns possíveis enquadramentos políticos futuros como contributo para os debates em torno da questão de abordagens alternativas. O processo atual é economicamente inconsistente e também não é equitativo nem justo, levando-nos às seguintes conclusões:

1) As provas recolhidas no presente relatório e em relatórios anteriores desta série levam-nos a concluir de novo que a política de dar prioridade à austeridade não está a funcionar em prol da Europa e a apelar mais uma vez a que sejam adotadas alternativas. Isto é contrário à narrativa dominante de que as políticas coordenadas pela Europa e consagradas nas novas estruturas de governação da Europa estão a funcionar e que o necessário é mais austeridade – mas quando a situação é analisada na perspetiva das populações vulneráveis da Europa é impossível concordar. Continua a ser dada prioridade à austeridade, mesmo sendo contestada como abordagem económica e apesar da prova de que agravou os problemas económicos e sociais causados pela crise económica. Isto não quer dizer que nunca são necessárias reformas estruturais. Significa, em vez disso, que os líderes europeus devem reconhecer que, por si só, a atual orientação – estritamente focada em medidas de austeridade e em reformas estruturais para reduzir os empréstimos do Estado e o rácio dívida/PIB num curto espaço de tempo – está a falhar tanto em termos económicos como sociais e que é urgentemente necessária uma nova estratégia.

2) Na UE, as prioridades económicas sobrepuseram-se às prioridades sociais e as instituições da UE não conseguem utilizar o potencial que têm para dar prioridade a políticas que visem a redução da pobreza e a inclusão social. O novo sistema de governação a nível da UE pode caraterizar-se pela total separação entre o processo democrático e políticas económicas (Fazi, 2014). O descontentamento com a orientação atual, em que se verifica uma falta de equilíbrio entre os problemas económicos e sociais, foi evidenciado pelas pessoas em toda a Europa nos padrões de votação nas eleições para o Parlamento

Europeu de 2014. Uma nova orientação deve ser multifacetada para colocar a Europa num novo rumo e para cumprir aquilo que a Europa Social prometeu ao seu povo.

3) Existem graves lacunas nos sistemas de segurança social de muitos países europeus, nomeadamente em países analisados neste relatório. É reconhecido que os sistemas de segurança social preenchem pelo menos três funções: investimento social (através da educação, por exemplo), proteção social (proporcionar garantias ao longo do ciclo de vida) e estabilização da economia (amortecer os choques quando o desemprego aumenta). Também é reconhecido que os sistemas de proteção social ajudaram a manter um grau de coesão social durante a crise, mas que a sua capacidade de estabilização foi reduzida nos últimos anos pelas medidas de consolidação (especialmente a partir de 2010). Isto resulta no facto de os trabalhadores atípicos, os jovens e os recém-chegados ao mercado de trabalho, em especial, sofrerem uma dupla desvantagem, por serem mais vulneráveis ao desemprego e muitas vezes também terem menos direitos à proteção social. Em 2011, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução em que solicita à Comissão que faça uma consulta para analisar a possibilidade de dar início a legislação para assegurar um sistema de rendimento mínimo garantido[3] e isto foi apoiado por um parecer do Comité Económico e Social Europeu (em 2013)[4]. Com as insuficiências dos sistemas de proteção social salientadas desde 2008 em países periféricos, os líderes europeus não devem continuar a ignorar este problema.

4) Ainda está por encontrar uma solução justa para a crise da dívida. Deve reconhecer-se que transformar a dívida bancária em dívida soberana foi injusto e insustentável para todos os países afetados e que é preciso adotar uma abordagem de repartição dos encargos mais equitativa. Neste processo devem proteger-se os depositantes comuns, não sendo aceitável que eles paguem pelas dívidas contraídas pelos bancos numa atuação irresponsável ou num jogo imprudente. Além disso, a questão do risco moral deve ser resolvida no interior dos sistemas bancários da Europa e não só. Por outras palavras, o sistema financeiro não deve ser protegido do risco, com o consequente incentivo a um comportamento imprudente. Se isto não for combatido, a Europa arrisca-se a repetir os erros cometidos antes. A questão do crédito insuficiente para as pequenas empresas continua a ser um problema – problema que precisa de ser resolvido como parte da solução da crise de emprego, para que as empresas tenham acesso ao crédito.

5) Nunca houve tanta supervisão orçamental das ações dos Estados-Membros, mas o controlo social fica para trás – embora no processo do Semestre Europeu exista potencial para o melhorar. É necessária uma liderança a nível europeu que assuma a responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos mais pobres e mais vulneráveis da Europa. Tal significa trabalhar no sentido de assegurar que:

- existe um forte empenhamento em relação aos objetivos aprovados na Estratégia Europa 2020 e que são fixadas e cumpridas metas adequadas relativas às questões sociais, como a pobreza,
- as decisões políticas são tomadas com base em informações sólidas e tendo em conta os impactos a mais longo prazo, e
- as opiniões dos cidadãos e das organizações da sociedade civil são ouvidas e consideradas para lhes ser dado seguimento.

Isto também significa reconhecer a incoerência de políticas decididas como parte dos procedimentos de défice excessivo e dos programas de assistência financeira destinados a conseguir reduções da dívida/do défice, agravando ao mesmo tempo os problemas sociais que as metas fixadas na Estratégia Europa 2020 procuram resolver. Em resumo, implica aceitar o fracasso atual para integrar as políticas económicas e sociais aos níveis da UE e nacional e forjar um compromisso a mais longo prazo para uma sociedade inclusiva, que por sua vez é necessária para construir uma economia verdadeiramente sustentável.

[3] Resolução do PE sobre a Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social [2011/2052(INI)].
[4] Parecer do CESE: rendimento mínimo europeu e indicadores de pobreza. 10 de dezembro de 2013. Referências: CESE 1960/2013 - SOC/482 iniciativa própria.

Recomendações

Concluímos o presente relatório com recomendações dirigidas às instituições europeias e à Comissão Europeia, bem como às autoridades nacionais e locais e às ONG (organizações não governamentais).

Instituições europeias e Comissão da UE

1) Assegurar a liderança em relação a grupos particularmente expostos ao risco de pobreza através da Estratégia Europa 2020: embora sejam bem-vindas as propostas para aprofundar a dimensão social da UEM – nomeadamente o desenvolvimento de um novo painel para permitir identificar melhor os grandes problemas sociais e do emprego (Comissão Europeia, 2013b) –, os líderes da UE devem ir mais longe. É necessária liderança se quisermos que a UE caminhe para a integração efetiva das suas dimensões social e económica. As metas fixadas na Estratégia Europa 2020 devem ser respeitadas no processo do Semestre Europeu. Não basta dizer que os Estados-Membros devem 'proteger os vulneráveis'. Além disso, não deve ser empreendida qualquer ação no âmbito da rubrica 'económico' no processo do Semestre Europeu que faça com que as metas 'sociais' fiquem mais difíceis de atingir. Isto exige que os impactos sociais das decisões sejam tidos em conta em todos os processos de tomada de decisões para assegurar que as pessoas vulneráveis são verdadeiramente protegidas.

A Comissão Europeia e as instituições europeias devem, por exemplo:

1. assegurar que o conjunto das metas estabelecidas pelos Estados-Membros consegue atingir a meta fixada na Estratégia Europa 2020 de redução da pobreza em 20 milhões de pessoas;
2. fixar submetas para a redução da pobreza nos grupos em maior risco de pobreza ou de exclusão social (como as crianças) na próxima revisão da Estratégia Europa 2020;
3. trabalhar com os Estados-Membros no sentido de serem fixadas submetas nacionais para a redução da pobreza nos grupos em maior risco de pobreza ou de exclusão social em cada Estado (que devem incluir crianças, imigrantes, trabalhadores pobres, pessoas com deficiência e idosos).

2) Dar maior coerência à política europeia e ao Semestre Europeu assegurando que as prioridades dos Inquéritos Anuais sobre Crescimento incluem os objetivos sociais de longo prazo da Estratégia Europa 2020. Assegurar a coerência no desenvolvimento das políticas da UE exige uma focalização clara no desenvolvimento de sistemas sociais adequados e eficazes que incluam as vertentes do investimento social e da proteção social. As declarações políticas da UE sobre a política social, como o Pacote de Investimento Social, devem ser integradas no processo do Semestre Europeu. São igualmente necessárias iniciativas para garantir uma implementação adequada a nível nacional. Neste contexto é importante que sejam utilizados todos os instrumentos e mecanismos ao dispor da Comissão (como os Fundos Estruturais e as recomendações específicas por país) para produzir a desejada coerência.

Também é necessário um mecanismo para assegurar que as iniciativas políticas podem ser revistas e ajustadas logo que não atinjam os resultados pretendidos (por exemplo, quando não é suficiente o seu impacto esperado no combate ao desemprego ou quando são identificadas como provocando mais pobreza e desemprego). Para o fazer, a Comissão deve assegurar a disponibilidade de forma atempada das estatísticas atualizadas de todos os indicadores, elaboradas pelo Eurostat e pelos institutos nacionais de estatística.

3) Assegurar uma melhor integração do acompanhamento social nos processos do Semestre Europeu: o impacto social das recomendações deve ser ponderado na redação das recomendações específicas por país, especialmente as que exigem medidas de consolidação orçamental. As recomendações específicas por país deve ter como objetivo:

1. conseguir a redução da pobreza nos países que registam taxas de pobreza acima da média da UE ou que registam aumentos das taxas de pobreza,
2. melhorar e desenvolver medidas de ativação do mercado de trabalho que possam conduzir a empregos dignos, em vez de empregos mal remunerados ou inseguros, e
3. evitar enfraquecer a disponibilidade universal de serviços básicos, uma vez que reduz os direitos e resulta num aumento da pobreza e das desigualdades.

Também é preciso haver um sistema melhor acordado com os governos para controlar e elaborar relatórios sobre o modo como as suas opções políticas estão a fazer progredir os seus países para as metas fixadas em matéria de redução da pobreza, emprego (ou seja, empregos dignos e seguros) e educação.

4) Introduzir a avaliação e acompanhamento do impacto social nos países que receberam pacotes de assistência: a avaliação e acompanhamento do impacto social deve tornar-se parte integrante do processo de avaliação dos países sujeitos a programas, de modo que se for necessária uma revisão,

a mesma será adaptada às circunstâncias individuais e poderá ter em conta os diferentes impactos em diferentes grupos e os efeitos cumulativos em certos grupos. As recomendações específicas por país devem especificar as ações necessárias para alcançar todas as metas da Estratégia Europa 2020, nomeadamente as relacionadas com o emprego, a educação e a redução da pobreza; não se devem limitar a dar uma orientação a um país para implementar as condições do Memorando de Entendimento celebrado com a CE/BCE/FMI.

5) Assegurar maior transparência em relação às atividades da Troika (CE/BCE/FMI): deve considerar-se que a Troika funciona subordinada ao direito europeu e nacional (incluindo o direito constitucional), se não quisermos que a confiança no processo democrático seja prejudicada. A Comissão Europeia deve tomar a iniciativa introduzindo processos que assegurem isto. Estes processos devem prever (i) que as propostas da Troika sejam elaboradas como propostas oficiais que são acessíveis para discussão nos parlamentos nacionais e (ii) que sejam elaboradas atas das reuniões com as autoridades públicas e tornadas acessíveis ao público.

6) Facilitar a introdução de uma garantia de rendimento mínimo adequado na UE no âmbito de uma diretiva-quadro, a fim de combater a pobreza de forma eficaz e facilitar a inclusão no mercado de trabalho.

7) Afetar mais recursos aos Fundos Estruturais e atribuir-lhes maior prioridade, a fim de assegurar que são feitos progressos significativos na redução do fosso entre as vertentes económica e social da política na UE. A retórica a favor da inclusão social deve ser apoiada por investimento de dimensão suficiente para ter um impacto significativo na redução das diferenças entre os poderosos e com mais recursos e os que são pobres e excluídos.

8) Assumir a liderança do desenvolvimento e controlo de políticas relativas à pobreza infantil: a recomendação da Comissão acerca do investimento nas crianças – publicada como parte da Estratégia de Investimento Social – é bem-vinda. No entanto, a sua implementação deve ser acompanhada através de um processo reforçado estabelecido no âmbito da Estratégia Europa 2020 (ver recomendações 1, 2 e 3 acima). A Comissão deve também colaborar com os Estados-Membros que têm níveis elevados de pobreza infantil para os ajudar a aceder aos Fundos Estruturais a fim de atacar este problema e pra criar capacidade para a sua utilização eficaz.

9) Disponibilizar mais fundos para o desemprego dos jovens e atacar os problemas relacionados com a mobilidade do trabalho: a iniciativa 'Garantia para a Juventude' é positiva e a Comissão deve trabalhar em conjunto com os Estados-Membros para apoiar a sua implementação e assegurar que essa implementação se centra no desenvolvimento de empregos dignos[24] e que não é utilizada apenas para obter um aumento técnico da taxa de emprego.

A eficácia dos fundos despendidos com a integração de jovens no mercado de trabalho deve ser controlada, especialmente no que diz respeito aos impactos a longo prazo do apoio recebido. A qualidade e a sustentabilidade dos empregos criados, em especial, devem ser controladas ao longo do tempo. Contudo, é improvável que o montante previsto para este programa (6 mil milhões de euros) seja suficiente para ter um impacto significativo no problema. Deve reconhecer-se e aceitar-se que o financiamento insuficiente é uma falsa economia, atendendo aos enormes custos a longo prazo com que o desemprego sobrecarrega os jovens, as suas famílias e as comunidades[25]. Devem ser disponibilizados fundos suficientes para apoiar os países onde o desemprego dos jovens é mais elevado, a fim de assegurar a inclusão social dos seus jovens. Estes Estados-Membros também podem necessitar de apoio para assegurar o desenvolvimento de programas de qualidade.

A Europa precisa de atacar os problemas relacionados com a mobilidade do trabalho devido à crescente proporção de empregos temporários nos novos empregos que estão a ser criados na Europa. Trata-se de algo especialmente pertinente para os jovens e devem ser feitos progressos em termos de facilitar o acesso a mecanismos de proteção social (por exemplo, subsídios de desemprego, assim como outras medidas de apoio ao rendimento para pessoas que trabalham mas estão em risco de pobreza no trabalho). Isto vai ao encontro da recomendação de inclusão ativa; o apoio ao rendimento ou o acesso a serviços deve ser permitido não só às pessoas que estão desempregadas, mas igualmente às pessoas cujo rendimento do trabalho não as impede de viverem em situação de pobreza, incluindo quando se encontram no estrangeiro. Para isto deve ser melhorada a coordenação e a cooperação entre os serviços de emprego e os serviços sociais em toda a Europa.

10) Assegurar a liderança para fomentar progressos da economia social: a liderança e o apoio da UE para iniciativas sociais beneficiará tanto as pessoas carecidas de apoio (através de programas de cuidados de saúde e assistência social) como as sociedades em geral. Isto é coerente com o pacote de Investimento Social publicado em 2013. As iniciativas da economia social também poderão proporcionar valiosas oportunidades de

[5] Isto implica oportunidades de trabalho produtivo e que assegure um rendimento justo, segurança no trabalho e proteção social para as famílias ... melhores perspetivas de desenvolvimento pessoal e de integração social, liberdade para as pessoas exprimirem as suas preocupações ...' (Organização Internacional do Trabalho, 2007, p. 4).

[6] A Organização Internacional do Trabalho calculou em 21 mil milhões de euros o custo para implementar um programa de garantia para a juventude na Zona Euro (2012). A Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho calculou a perda económica para a sociedade resultante do afastamento dos jovens do mercado de trabalho em 153 mil milhões de euros em 2011, sendo considerada uma estimativa cautelosa que corresponde a 1,2% do PIB europeu (2012).

emprego para os desempregados de longa duração. Isto é extremamente importante porque muitos países estão a ter dificuldade em cumprir as várias metas fixadas na Estratégia Europa 2020.

11) Cumprir as metas de redução do défice e apoiar o crescimento:
Apoiar os esforços dos Estados-Membros para promover um crescimento sustentável e postos de trabalho duradouros, cumprindo ao mesmo tempo as metas de redução do défice a médio prazo e não a curto prazo; essa abordagem exige, entre outras coisas, políticas de investimento e de rendimentos bem concebidas e programas de emprego eficazes, nomeadamente garantias para a juventude.

12) Promover a proteção dos Direitos Humanos: os impactos da crise e das medidas adotadas para a combater estão a pôr em risco os direitos humanos de alguns residentes. A Europa deve desenvolver e adotar uma estratégia interna de direitos humanos com um plano de ação concreto para assegurar que as políticas prosseguidas a nível europeu não têm impacto nos direitos humanos dos residentes na Europa.

13) Incentivar o envolvimento dos interessados e assegurar estruturas de governação inclusivas: foi referido que as severas medidas de austeridade impostas em países vulneráveis da Zona Euro ilustram como os tecnocratas económicos e os responsáveis políticos não conhecem o sofrimento dos europeus comuns (Karger, 2014). As pessoas em situação de pobreza e as organizações da sociedade civil devem ser envolvidas nos processos deliberativos que conduzem à formulação, implementação e controlo das políticas, utilizando os sistemas de monitorização criados no quadro da Estratégia Europa 2020, o mesmo acontecendo nos países com programas de assistência financeira (ver recomendações (1), (2) e (3) acima). Isto tem especial importância atendendo às ameaças à coesão social e ao nível manifesto de descrédito das instituições nacionais e europeias. Está de acordo com a Carta de Responsabilidades Sociais Partilhadas, que prevê processos deliberativos bem definidos para assegurar que as preferências individuais se articulam com as prioridades gerais no domínio da justiça social, ambiental e intergeracional e para reduzir os desequilíbrios de poder entre as partes interessadas.

Governos nacionais e autoridades locais/regionais relevantes

As recomendações desta secção são dirigidas aos governos nacionais e igualmente às autoridades locais e aos municípios, quando tenham competência para atuar em relação às áreas abrangidas.

1) Dar prioridade ao investimento: sem investimento não haverá postos de trabalho e sem postos de trabalho não haverá uma recuperação duradoura. Os programas de investimento em grande escala, de natureza plurianual e orientados para áreas de trabalho intensivo representam uma maneira de ajudar o crescimento e ao mesmo tempo combater os défices sociais e de infraestruturas. Será preciso adaptar a atenção à situação existente em cada país e cada região individualmente. As áreas que poderão ser consideradas incluem o desenvolvimento de fontes de energia renováveis, habitação, infraestruturas de saúde e de assistência social, educação e infraestruturas de assistência à primeira infância. Devem ser ajustadas as regras inapropriadas que atualmente bloqueiam investimentos necessários e viáveis.

2) Sujeitar todas as medidas novas a um teste de resistência à pobreza: a redução da pobreza exige uma série de respostas diferentes e integradas, nomeadamente o apoio ao rendimento, o acesso à educação e outros serviços essenciais. Muito importante é a necessidade de reconhecer e acompanhar o efeito cumulativo que os 'golpes' podem ter em grupos específicos ao longo de muitos anos. É o caso de várias decisões que são tomadas com impacto no mesmo grupo e que têm um efeito negativo desproporcionado. Todas as decisões dos governos devem ser objeto de um processo "à prova de pobreza" que assegure que as ações adotadas posteriormente não irão aumentar a pobreza na sociedade a qualquer título.

3) Reforçar os sistemas de segurança social: atendendo à intensidade e à duração da crise económica e aos impactos das medidas estruturais, deve ser melhorada a resiliência dos sistemas de proteção social para lhes permitir oferecer proteção a toda a população carenciada. O Comité Europeu de Proteção Social afirmou recentemente que chegou a altura de criar sis-

temas de proteção social adequados e eficazes que combinem uma forte dimensão de investimento social com melhor proteção (2013a). Os governos têm agora de introduzir regimes de proteção social para o futuro, que ultrapassem as atuais desigualdades existentes nos sistemas.

4) Investir em serviços essenciais de boa qualidade e introduzir avaliações sociais das medidas de consolidação: a oferta de serviços de boa qualidade (como serviços a preços acessíveis de acolhimento de crianças, de educação, de saúde, para pessoas com deficiência e outros serviços sociais) reduz as desigualdades e é fundamental para as perspetivas de empregabilidade e para a mobilidade social de diferentes grupos de rendimento. Estes serviços são parte essencial da infraestrutura social de um país. Assegurar a igualdade de acesso aos serviços e aos cuidados reforça a coesão social. No entanto, medidas recentes estão a agravar as desigualdades existentes no acesso aos serviços; no que se refere aos cuidados de saúde, isso está a afetar negativamente a saúde das pessoas. Muitas das decisões agora tomadas para conseguir poupanças orçamentais a curto prazo são opções que a longo prazo irão custar mais e criar mais problemas na coesão social. As avaliações sociais dos impactos dos cortes nos serviços que pareçam estar para além das poupanças de curto prazo devem ser integradas nos processos de tomada de decisões.

5) Usar medidas adequadas do mercado de trabalho: as recomendações da UE implicam os três pilares da inclusão ativa, envolvendo mercados de trabalho inclusivos, apoio adequado aos rendimentos e acesso a serviços de grande qualidade. Contudo, na realidade os países europeus centram-se nas medidas de ativação em detrimento dos outros dois pilares (Frazer e Marlier, 2012a). Os países analisados neste relatório estão a aplicar medidas que envolvem o apoio a candidatos a emprego e à ativação, embora a sua eficácia seja muitas vezes questionável. Atendendo à dimensão da queda do emprego em todos os países e às perspetivas pouco animadoras de criação de postos de trabalho, é importante que estas medidas se centrem no apoio às pessoas desempregadas, visando, por exemplo, manter e desenvolver competências adequadas. Mais importante ainda é que essas medidas não devem ser acompanhadas da predição de perda de benefícios sociais ou de assistência. Esta abordagem seria inadequada atendendo a que não há empregos suficientes para satisfazer a procura; se tal abordagem fosse seguida iria simplesmente aumentar a pobreza e agravar o desespero. As alterações das medidas de proteção do emprego destinadas a criar maior flexibilidade e competitividade no mercado de trabalho não devem ser aplicadas de forma que prejudique ou elimine qualquer segurança de rendimento e/ou aumente a pobreza no trabalho.

6) Formatar as medidas fiscais de modo que paguem mais os que podem: os governos nacionais (e as autoridades regionais/municipais consoante as suas competências) devem adotar orientações de aumento dos rendimentos e da oferta de serviços que não afetem de forma negativa e desproporcionada os grupos de baixos rendimentos. A mudança da carga fiscal do trabalho para o consumo (aumentando o IVA e/ou os impostos especiais sobre bens essenciais) em vários países causou proporcionalmente maiores perdas nas famílias de baixos rendimentos. Isto significa, nomeadamente, que se devem evitar aumentos dos impostos indiretos sobre bens essenciais.

7) Combater a evasão fiscal: a evasão fiscal e a economia paralela são um problema específico nalguns países (incluindo, mas não apenas, a Grécia e a Roménia) onde uma carga excessiva dos atuais ajustamentos está a incidir nos contribuintes que pagam os seus impostos. A evasão fiscal deve ser combatida e devem ser introduzidos sistemas fiscais justos em que todos os setores da sociedade, incluindo o setor empresarial, contribuem com uma parte equitativa e aqueles que tiverem condições para isso pagam mais. Nesta matéria é necessária uma importante mudança cultural em toda a UE. Pagar os impostos não deve ser considerado um 'fardo' a evitar ou de que fugir a todo o custo; em vez disso deve ser considerado um privilégio que permite a uma pessoa ou a uma entidade contribuir para a oferta de infraestruturas e serviços sociais e económicos de que eles próprios, os outros e a sociedade em geral beneficiam.

8) Ponderar como o governo se poderá tornar um empregador de último recurso: em termos sociais, as lições da Grande Depressão são tão válidas agora como foram nos anos 1930. Nenhuma sociedade se pode dar ao luxo de olhar tantos dos seus cidadãos desempregados como dispensáveis. Não obstante o facto de os governos precisarem de aumentar o número de empregos viáveis e duradouros pagando bons salários, atendendo à enorme queda do emprego e ao seu impacto nas pessoas desempregadas de todas as idades, os governos também devem pensar em ser um empregador de último recurso através de programas voluntários. Estes devem ser concebidos de forma a não distorcer a economia de mercado, mas oferecerem trabalho socialmente útil para as pessoas que procuram emprego. Existem muitas áreas na economia de mercado onde esta medida poderá ser introduzida (por exemplo, nos cuidados de saúde continuados). Isto não deve ser mal interpretado no sentido de os serviços sociais deverem ficar dependentes de pessoas que estão desempregadas há muito tempo e que estão a assumir posições num programa do governo. Estes serviços devem ser prestados como parte da oferta normal. Contudo, esta abordagem não tem potencial para acrescentar capacidade, especialmente numa altura de dificuldades económicas.

9) Assegurar um rendimento mínimo garantido para todos: todos os governos nacionais devem ter um mecanismo para assegurar que todas as pessoas recebem um rendimento suficiente para viverem com dignidade. Quando esses mecanismos não existirem devem ser instituídos imediatamente. A adequação do nível de rendimentos deve ser garantida em todos os casos e deve ser controlada e avaliada regularmente.

10) Incentivar o envolvimento dos interessados e assegurar uma governação inclusiva: comprometer os principais interessados numa participação genuína a fim de assegurar que os grupos em risco de pobreza e de exclusão social podem influenciar a orientação e a implementação das políticas e que as suas experiências fazem parte do diálogo com as agências europeias e internacionais para tentar e reforçar a coesão social e a legitimidade política.

11) Introduzir melhor controlo e planeamento: é muito importante que todas as medidas novas sejam sujeitas a uma avaliação de impacto social e que as suas consequências a longo prazo sejam avaliadas, bem como as de curto prazo. Devem ser usados processos de modelação macroeconómica para avaliar o impacto das mudanças propostas nas políticas sociais.

12) Servir-se dos elementos de investimento social da programação dos Fundos da UE, 2014-2020, incluindo o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), o FSE (Fundo Social Europeu)[7], o FEAD (Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas) e outros, para financiar medidas que combatam o agravamento da situação social, incluindo apoio a iniciativas previstas no Pacote de Investimento Social da UE, como apoiar empresas sociais ou facilitar a implementação completa da Recomendação intitulada Investir nas Crianças.

Organizações não governamentais

1) Acompanhar e ajudar as pessoas carenciadas: prestar serviços que promovam a inclusão social e ativa das pessoas. As pessoas em situação de pobreza precisam de ajuda aqui e agora. As ONG podem ajudar uma sociedade a identificar as pessoas carenciadas e elaborar soluções para resolver as suas necessidades imediatas e a mais longo prazo. As ONG podem mobilizar a solidariedade na sociedade, organizar os voluntários e inovar dentro dos limites dos recursos atuais.

2) Dar voz às pessoas que vivem em situação de pobreza ou de exclusão social: as ONG que prestam serviços às pessoas em situação de pobreza estão em condições de dar voz à experiência das pessoas que servem, uma voz que tende a ter poucas oportunidades para se exprimir ou influenciar – e estes relatos podem ter um impacto dentro e fora das fronteiras nacionais.

3) Influenciar o processo de tomada de decisões: as ONG devem procurar contrariar a abordagem oficial para a crise em que aqueles que são vulneráveis estão a pagar o preço mais elevado. Tal pode exigir o empenhamento em desenvolver uma capacidade de análise e de defesa independente e rigorosa, por vezes considerada secundária em relação ao trabalho de prestação de serviços. No entanto, é um importante meio para atacar as causas do problema e não apenas os seus sintomas. Isto é especialmente válido quando as principais entidades que fornecem análises sociais na prática não incluem dados, análises ou propostas que visem a situação das pessoas vulneráveis.

4) Documentar os aumentos da utilização dos serviços: as mudanças no cenário atual de pobreza e de exclusão social significam que a situação atual é especialmente difícil e que evolui rapidamente. Os sistemas oficiais de rastreamento e monitorização da pobreza estão sujeitos a limitações e demoras. As ONG que trabalham na prestação de serviços podem, criando sistemas adequados, acompanhar o aumento de pedidos – e os novos tipos de pedidos – feitos nos seus serviços, nomeadamente os pedidos que não conseguem satisfazer por falta de recursos. Podem assim funcionar como um sistema de alerta precoce e ajudar também a obter uma opinião mais cedo e mais coerente do quadro tal como aparece, bem como apresentar argumentos para proteger as fontes de financiamento existentes.

5) Acompanhar a situação atual e trabalhar para a mudança social: o mundo documentado neste relatório não é justo. Precisa de ser profundamente alterado de forma a eliminar a pobreza e a exclusão e também a combater o desemprego de modo sustentável. É necessário um modelo de desenvolvi-

[7] Propõe-se, por exemplo, que pelo menos 20% dos recursos totais do FSE em cada Estado-Membro sejam afetados ao objetivo temático 'promover a inclusão social e combater a pobreza' (Comissão Europeia, 2013f).

mento que seja sustentável em termos económicos, sociais e ambientais. As ONG têm grande experiência e conhecimento dos impactos que a atual orientação está a ter em tantas pessoas vulneráveis de uma forma ou de outra. Devem usar essa experiência e esse conhecimento para acompanhar e avaliar o que está a acontecer e trabalhar para a articulação e desenvolvimento de um futuro sustentável que proteja a dignidade humana, promova o bem-estar, tenha por base o bem comum e proteja o ambiente. Isto poderá incluir a adoção de algumas das ideias para o futuro que são discutidas na Parte III do presente relatório.

70%

Caritas Europa

Rue de Pascale, 4
1040 Brussels - Belgium
Tel. +32 (0)2 280 02 80
Fax +32 (0)2 230 16 58

info@caritas.eu
www.caritas.eu

design : beltza - chiqui@beltza.be